

ANEXO II

Análise Filosófica da Economia Política

Aspecto geral da situação económica atual do Mundo.

A Humanidade vem tendendo, com uma rapidez crescente e uma febril excitação, para um predomínio absoluto da atividade industrial, o que já podíamos presenciar de forma espantosa, desde o século XVIII. Mas este novo regime que substitui o antigo – corporação de ofício, que se acha hoje em dia, com direção e coordenação não muito bem definidas, tem resultado daí, em um desenvolvimento contínuo desta industrialização, principalmente no que se refere à atividade bancária – financeira internacional e nacional, sem o devido controle de inevitáveis excessos, que ameaça alterar profundamente o organismo social e conduz finalmente no tipo humano, uma degradação mental e moral, que rapidamente compromete estes progressos materiais dos quais somos tão exclusivos e tão cegamente orgulhosos.

Na segunda metade do século XX e do início do século XXI, a degradação ainda cresceu pela subjugação da industrialização aos interesses financeiros. A grande fraude está ligada à manipulação do dinheiro, incluindo quantidades inimagináveis de dinheiro eletrônico.

A atividade guerreira é espontaneamente social, como o sentimento teológico é espontaneamente geral: porque qualquer guerra exige necessariamente um concurso cujas condições são facilmente apreciáveis por todos, tendo-se em vista que cada um percebe imediatamente perigos pessoais e coletivos, que apresenta uma violação, mesmo passageira de tal concurso; também é sobre tudo a guerra que fundou as cidades e a pátria, que construiu, por último, a vida social caracterizada pela solidariedade dos contemporâneos, e, principalmente também, pela continuidade das gerações. A guerra era o privilégio exclusivo dos homens livres; ela fez cidadãos.

A indústria, pelo contrário, individual de início, e necessariamente analítica, não pôde tomar ainda um caráter ao mesmo tempo sintético, nem social, apesar da longa evolução já realizada. É apenas nos nossos dias que o Positivismo concebeu a sistematização industrial, adotando o ponto de vista social que lhe foi até aqui desconhecido. E esta grande transformação no caráter da atividade prática, constitui uma das mais profundas evoluções que possa realizar a nossa espécie.

Assim, o caráter originalmente servil da indústria conserva-se hoje em dia de maneira evidente, e com imensos perigos atuais. Este caráter aparece muito entre os mais poderosos industriais como nos mais modestos proletários, salvos, mas bem poucas numerosas exceções. Vemos, com efeito, os proprietários de imensos capitais admitirem, rapidamente e sistematicamente à maneira dos antigos escravos, que o trabalho industrial tem apenas um objetivo meramente pessoal. Emanados de uma classe originalmente servil, repelem mesmo vivacidade; qualquer tentativa de dar à riqueza um caráter social e cívico. Similares sentimentos tornam esta classe (ricos poderosos e proletários) habitualmente tão incapaz, indigna de participar no governo geral, se não for de maneira subalterna. E, de efeito, para além de alguns representantes das antigas classes aristocráticas, o governo pertence essencialmente à esta parte da burguesia ligada às profissões precisamente qualificadas de liberais. Não se deve, por conseguinte considerar a tentativa saint-simoniana de dar o poder aos industriais não regenerados, por ser uma teoria perigosa e degradante. Porque se pudesse realizar, confiaria a direção à homens realmente indignos, dado que governariam, antes de terem sido previamente elevados de categoria de escravos à categoria de cidadãos, e antes de ter tomado os costumes e os hábitos convenientes às funções superiores.

O perigo de tal teoria era ainda maior quanto continha uma parte considerável de verdade, anunciando o predomínio final do regime industrial. Por estas diversas razões, contribuiu consideravelmente para tornar mais desastrosa a situação atual.

A liberação total dos trabalhadores durante a Idade Média, que foi a condição fundamental dos progressos especiais da indústria, produziu a situação atual, em que todos os elementos da nova ordem são preparados, mas de modo algum são sistematizados. É esta sistematização que o Positivismo vem lhes trazer.

A partir do século XVIII o predomínio industrial era bastante grande para chamar, para esta ordem de fenômenos, a atenção das inteligências filosóficas; por outro lado, a evolução científica era bastante avançada para que se pudesse pelo menos tentar esboçar, sobre este assunto, uma teoria realmente positiva, isto é científica. Esta situação originou uma série de trabalhos teóricos que realizaram uma análise científica dos fenômenos industriais. Esta apreciação científica, extremamente notável, embora muito insuficiente, foi devida às meditações de Quesnay, de Turgot,

de Hume e de Adam Smith, e recebeu mais tarde o nome de Economia Política, uma muito viciosa consolidação. Porque afinal ela foi constituída num isolamento irracional da ciência social – Sociologia Positiva, do qual ela deve ser apenas um capítulo. Cultivado, depois por inteligências mais literárias que científicas e não sujeitos a uma conveniente preparação, serve demasiado hoje, para justificar a manutenção indefinida da anarquia económica. A ciência social positiva pode e deve por último dar, a tais trabalhos, um impulso fértil ao mesmo tempo teórico e prático; porque aperfeiçoamos a teoria apenas a fim de melhor iluminar a prática social, onde se encontra, aliás, a mais conveniente verificação experimental das meditações meramente científicas. Mas, antes de ir mais adiante, devemos resumir filosoficamente os resultados desta elaboração dos grandes pensadores do século XVIII, porque poderemos assim definir cientificamente a situação a este respeito, de maneira a constatar as necessidades, e a deduzir um conjunto de deveres que, livre e gradualmente adotados, possam remediar aos inconvenientes atuais, e preparar uma ordem mais normal de objetivo social.

II - Da divisão do trabalho.

Considerando o conjunto da vida industrial, viu-se logo que ela descansava essencialmente sobre a divisão do trabalho, ou seja, sobre a decomposição do trabalho industrial em funções realmente distintas e realizadas por pessoas diferentes. Este princípio é apenas um caso específico do princípio geral previsto por Aristóteles e constituído por Augusto Comte, que percebeu uma das bases da estática social (1).

A. Smith, sobretudo insistiu nesta consideração, implicitamente admitida pelos seus antecessores, Hume e Turgot, que eram pensadores de um escol mais elevado.

“O incomparável Aristóteles descobriu, com efeito, o carácter essencial de qualquer organização coletiva, quando fez consistir na separação da divisão dos ofícios e união dos esforços. Se admite com pesar que os economistas modernos ousassem atribuir a si próprios, esta luminosa concepção, quando o empirismo metafísico a reduziu a uma

simples decomposição industrial; e que o príncipe dos filósofos já havia generalizado. No seu estado inicial, teve realmente toda a extensão que exigia seu uso sistemático. Mas podia suficientemente fundar a verdadeira teoria da ordem, apenas quando o conjunto da evolução humana tivesse indicado bastante à natureza e a classificação das principais forças sociais. Esta condição necessária, estando aqui preenchida, o gênio de Aristóteles, me preparou pois para a base normal de uma tal construção". "Auguste Comte, Política Positiva, volume II, p. 281".

Longamente tem se dissertado sobre tal assunto, mesmo de maneira freqüente meramente literária e declamatória, mostrando demasiadamente à utilidade industrial da divisão do trabalho, sem insistir sobre os seus inconvenientes doravante tão graves. Por essa divisão exagerada e sem contrapesos, formam-se hábeis produtores, mas deixando de se construir Homens Cidadãos. No entanto, tal análise científica, por mais imperfeita que ela seja, e mesmo por mais perigosa que se tornou pelo seu irracional isolamento, era estritamente necessária. Também nenhuma sensata inteligência pode agora recusar-se a admitir este teorema; a vida industrial completa que é fundada sobre a divisão do trabalho ou sobre a decomposição em funções econômicas, executadas por agentes distintos.

Esta decomposição estendeu-se gradualmente e consolidou-se, e deu lugar, em todos os países, as funções diversas, e que estão umas pelas outras em relações necessárias. A consideração das relações das diversas funções econômicas entre si é um complemento lógico do princípio da divisão do trabalho. Mas antes mesmo que este teorema tenha sido analisado suficientemente por A. Smith, tinha sido admitido implicitamente pelo grande Hume (1), e fornecera a este à descoberta de um princípio capital, logicamente subordinado ao primeiro.

Este princípio, que se deve designar sob o nome Teorema de Hume, consiste basicamente em:

“Os industriais dividem-se necessariamente em agricultores e fabricantes. Os primeiros constituem a base necessária de toda a ordem econômica, fornecendo os alimentos e as

matérias primas, que os outros transformam e transportam ". Discurso Político, traduzido do inglês, 1754. Do Primeiro Discurso do Comércio".

Esta decomposição binária da hierarquia industrial conduziu em seguida, Hume a este princípio:

"Todas as classes sociais vivem do excesso da produção das classes agrícolas sobre sua consumação. É este excesso que permite a existência das outras funções econômicas, e de todas as outras funções sociais. É da quota deste excesso que dependem a vida social plena e todos os progressos da civilização. Porque só este excesso permite a existência das classes teóricas, fonte de qualquer evolução". Da qual eu faço parte e por enquanto sem patrocínio.

Esta concepção foi também percebida e desenvolvida pelos fisiocratas, que os conduziu também a uma decomposição binária da hierarquia industrial, mas sob uma forma menos satisfatória que na decomposição devida à Hume. Eles decompunham, com efeito, a hierarquia social em agricultores e assalariados; os assalariados, correspondendo a todas as funções, desde os reis até aos cordeiros, concebidos uns e outros, como os abastecidos e alimentados pela classe agrícola, única verdadeiramente produtiva.

Hume não formula princípios com precisão científica, que nós podemos doravante introduzir, mas as suas idéias resultam claramente, para qualquer inteligência filosófica, de uma penetrante análise. Além disso, Hume apreciou a reação tão capital da classe transformadora - industrial (fabril, comercial e bancária; futuramente serviços) sobre a classe agrícola propriamente dita; além disso, base desta ação e desta reação, dos dois grandes elementos da hierarquia industrial, constituindo a ordem econômica.

No entanto, além de uma muito imperfeita formulação, que nós completamos hoje, Hume não decompôs suficientemente em seguida a classe transformadora nos seus três elementos transformadores, comerciais (inclui-se os serviços), bancários e fabril. Mas este profundo gênio

sentia melhor que os grandes pensadores, seus contemporâneos, a impossibilidade de uma verdadeira teoria positiva da vida industrial, da qual compreendia demasiado, embora confusamente, a relação necessária com a fundação da ciência social – Sociologia Positiva. Também sabiamente limitou-se a ensaios, onde borbulhava a penetração desta elevada inteligência. Pode-se, num outro gênero, compará-lo com Diderot “os dois compreendendo muito bem a criação da Sociologia e da Moral que era prematura, e que era necessário limitar à ensaios preparatórios (1).

Augusto Comte foi o primeiro que deu uma concepção positiva do conjunto da vida econômica, concebendo que as diversas funções distintas da ordem industrial, agricultura, fabricação, comércio e banco, coordenam-se numa hierarquia natural e que a dependência espontânea destas diversas funções, mais em relação às outras é regulado pelo princípio de toda classificação positiva. Além disso, demonstrou rigorosamente que cada uma estas funções industriais distintas apresentava necessariamente a decomposição de empresários e de trabalhadores. Pela primeira vez, em fim, a ordem industrial pôde ser concebida no seu conjunto, sem ser separada, nem isolada da plena vida social. Assim se fundou uma verdadeira ciência social, própria a dirigir a prática, cuja fecundidade crescente contrastará com as insuficientes pretensões da economia política, que devido ao seu irracional isolamento e a sua cultura literária, não oferece progresso realmente fundamental, desde as engenhosas idéias de François Quesnay (1694 – 1774), David Hume (1711 – 1776), Anne-Robert-Jacques Turgot (1727 – 1781) e Adam Smith (1723 – 1790).

O que tem faltado nos US e na maioria do mundo é a noção de Conjunto, isto é, a “Especialização em Generalidade”, pois a especialização propriamente dita, tem deixado os próprios governantes despreparados para formularem planos de governo, com visões mais amplas para conduzir em sua civilização doméstica, a resultante, aonde venha ocorrer à personalidade ficar subordinada a Sociabilidade.

III. Do equilíbrio econômico espontâneo.

Mas esta decomposição, mesmo concebendo-a como uma análise meramente preliminar da vida industrial, em funções econômicas distintas e ligadas entre si, permanecia uma teoria profundamente imperfeita, enquanto não se tinha suficientemente apreciado as condições segundo as quais concorrem estas diversas funções. Em resumo, o esboço preliminar de uma teoria positiva da vida industrial, exigia que se demonstrasse que as diversas funções econômicas concorrem entre si, de maneira a chegar a um equilíbrio natural e a formar uma ordem espontânea. Apenas ascendeu-se gradativamente, por etapas, o teorema tão fundamental e mesmo sua formulação definitiva, pertence ao Positivismo, porque este teorema foi admitido a princípio mais implícito do que explicitamente. Mas, ele resulta dos trabalhos dos grandes economistas do século XVIII e, sobretudo percebemo-lo nas concepções devida ao gênio sintético de Quesnay. Hume demonstrou primeiro que, não obstante todos os obstáculos artificiais quaisquer, tendiam sempre a estabelecer-se em um nível monetário. Porque, de acordo com ele, apesar dos obstáculos artificiais da política, o dinheiro permanece sempre, ao final de certo tempo, numa determinada relação com o desenvolvimento agrícola e transformador (manufatureira ou Industrial) da população. Há, por conseguinte, quanto ao papel da moeda, um equilíbrio ou uma ordem natural econômica, que tende sempre a estabelecer-se, apesar dos obstáculos artificiais que opõe-lhe-se. Os economistas franceses do século XIX, estabeleceram um tal teorema, quanto ao trigo; fizeram ver que havia mais tendência a estabelecer-se, entre a produção e a distribuição do trigo, e as outras funções econômicas, um equilíbrio ou ordem natural que era necessário se abster de contrariar, sob riscos dos maiores perigos. “O valor venal dos gêneros, a renda, do valor dos salários da população são ligados entre si, por uma dependência recíproca, e põem-se por si só equilibrado, de acordo com uma proporção natural, e esta proporção se mantém sempre quando o comércio e a concorrência são inteiramente livres”.

O fato é evidente na teoria; porque não é aleatório que os preços dos materiais são fixados; esta fixação é um efeito necessário do balanço que há entre cada necessidade dos homens e a totalidade das suas necessidades; entre as suas necessidades e meios de satisfazê-

las; é necessário efetivamente que o homem que trabalha, ganhe sua subsistência; dado que é o único motivo que o compromete a trabalhar; é necessário efetivamente que aquele que o faz trabalhar lhe dê esta subsistência e compre por este meio do salário este trabalho, pois que sem este trabalho, ele não poderia nem ter renda e nem disto usufruir ou gozar. (Turgot, Cartas ao abade Joseph Marie Terray (1715 – 1778)).

Pode-se ver este assunto capital das idéias de Quesnay e de Turgot claramente exposto por Condorcet (I). Do Comércio do Trigo, por Condorcet.

Esta noção de uma ordem natural económica, basicamente, era compreendida muito implicitamente na concepção do quadro económico; Senhor Mercier da la Rivier, que pertencia a uma determinada escola, pôde escrever o seu livro: “Da ordem natural e essencial das sociedades humanas”, cujo título é realmente decisivo.

De modo que, por estas análises sucessivas, os economistas puderam chegar a esta concepção fundamental, resultado implícito dos seus trabalhos: as diversas funções económicas, necessariamente distintas, abandonadas a si mesmas, tendem a certo equilíbrio e a ordem espontânea ou natural.

Além disso, estes famosos pensadores só demonstravam, na ordem económica, a subjugação dos fenômenos sociais às leis filosóficas naturais de semelhança e sucessão. Os seus trabalhos concorriam assim, com as meditações superiores de Giovanni Battista **Vico** (1668 – 1744) e Charles-Louis de Secondat, baron de La Brède e de **Montesquieu** (1689 – 1755) para preparar as bases de uma ciência realmente positiva, cuja fundação definitiva, realizada por Augusto Comte, fez constituir a obra mental característica do décimo nono século. Apesar da insuficiência das suas teorias, estes famosos pensadores puderam admiravelmente servir à prática social, porque, sob o impulso dos nobres sentimentos - altruístas, eles puderam aplicar um esboço sem dúvida, mas um esboço realmente científico e positivo; isto é de cunho social.

SEGUNDA PARTE
DA RELAÇÃO ENTRE O ABSTRATO E O CONCRETO
OU ENTRE A
TEORIA e a PRÁTICA,
Na ORDEM ECONÓMICA.

Perigos da consideração exclusiva e absoluta da ordem económica.

Admite-se, pois, dizer, por conseguinte que o resultado geral que se desprende de todos os trabalhos dos grandes economistas do século XVIII, dos quais nós apenas temos hoje a indefinida repetição, reduz-se, como acabamos de ver, ao seguinte teorema:

Estabelece-se, ao cabo de certo tempo, e espontaneamente, entre as diversas funções distintas da atividade industrial, um equilíbrio que constitui a natural ordem económica.

Nenhum economista, no conhecimento de Pierre Laffitte (1823-1903), discípulo direto de Augusto Comte, havia formulado tal teorema geral: mas este teorema de forma clara emana das obras de Quesnay, Turgot, Hume e Adam Smith. Mas, se proclamando uma tal proposição, estes famosos filósofos atraíram uma crítica negativa, embora útil e ainda que muito demasiadamente do absolutismo do regime antigo, que são também conseqüências práticas de uma imensa utilidade. O mérito destas aplicações se deve ao fato deles terem conseguido, sob a influência da sua própria grandeza e de sua situação, os perigos desta proposição considerada exclusivamente exagerada.

Pois não devemos esquecer que estes pensadores eram profundamente ligados ao movimento de regeneração do século XVIII; e eles evitavam como filósofos, certos perigos das doutrinas meramente económicas, mais tarde isto se modificou. Seus sucessores se podemos lhes dar este nome, se tornaram puros economistas e então manifestaram de mais, as insuficiências e

os inconvenientes de uma pretendida Ciência Econômica, independente de uma ciência social – Ciência Sociologia.

Devemos remontar aqui à fonte íntima e científica das lacunas e dos perigos da Economia Política considerada como uma ciência distinta, cultivada independentemente da constante consideração dos outros fenômenos sociais. Esta será uma análise difícil e delicada, mas absolutamente indispensável. A insuficiência do teorema fundamental da economia política, concebido como devendo dirigir a prática, diz respeito, ao fato de que é o Teorema Estático Social, no qual se faz abstração do tempo; o que é necessário, indispensável, ao ponto de vista científico, mas com a condição de que se saiba que este foi feito e que se introduza o elemento tempo desconsiderado, quando se quer abordar a realidade e a aplicação.

Pierre Laffitte explica: na estática propriamente dita é que estudamos as condições gerais, de acordo com as diversas forças que constituem um equilíbrio. A consideração do tempo, por conseguinte é necessariamente eliminada.

Em dinâmica, ao contrário, em que se estuda o movimento, a consideração de uma nova variável, o tempo, entra necessariamente, dado que o deslocamento de um corpo tem sempre certa duração, no paraíso terrestre. Então emerge o estudo necessário das condições de acordo com as quais o equilíbrio subsiste durante toda a duração do movimento. Ora, estas considerações, emanadas da mecânica racional, são aplicáveis à Sociologia Positiva, em que se deve considerar o estático, que estuda as condições de ordem e a dinâmica que estuda a do movimento; e as leis de acordo com as quais a ordem persiste durante o movimento. Ora, os economistas estabeleceram um teorema de estática social, nomeadamente, a saber: a existência, ao cabo de certo tempo, de um equilíbrio espontâneo das diversas funções econômicas entre si; mas elas conceberam este equilíbrio de maneira absoluta, sem se preocuparem com as condições de evolução, e sem mesmo entrever as leis de acordo com as quais o equilíbrio econômico varia nas diversas épocas, tendendo para certo limite ideal que, basicamente, nunca será atingido. E é em nome deste limite ideal que eles pretenderam dirigir a prática. Há, por conseguinte, apesar de importante, mas passageira utilidade, uma insuficiência crescente e também perigos crescentes. Esta insuficiência e estes perigos são de natureza análoga a aquelas que nos oferecem, em

mecânica, os raciocínios intelectuais incompletos que, só tendo tido estudos de estática, são conduzidos a tentar a realização do movimento perpétuo ou do moto-contínuo.

Uma segunda fonte de erro, é que, mesmo permanecendo no simples ponto de vista estático ou de equilíbrio, os economistas estão ainda incompletos, e por conseqüência disso, constantemente exposta à ilusão, como os teóricos demasiados abstratos, quando eles querem abordar a prática ou disso esclarecer ou justificar seu conselhos.

Com efeito, o equilíbrio espontâneo entre as diversas forças econômicas não existe por si mesmo, ele existe como elemento de um equilíbrio mais geral, do equilíbrio natural de todas as diversas forças sociais quaisquer. Sem dúvida pode-se, e deve-se mesmo considerar o equilíbrio econômico em si próprio, mas com a condição, que se saiba que isto foi feito; e, sobretudo a condição de bem compreender que considerando o equilíbrio econômico, em si mesmo, empregasse um indispensável simples artifício lógico para melhor estudar, mas meramente transitório e necessário para ascender finalmente à consideração, ainda real, de equilíbrio social em si mesmo. Concebe-se a ilusão profunda que deve resultar deste esquecimento para os economistas no ponto de vista teórico, mas se compreende melhor ainda, quanto devem ser perigosos, para os práticos, os conselhos emanados de uma teoria tão insuficiente. É nesta abstração, concebida pelos economistas metafísicos como uma realidade, que está a fonte íntima destas desastrosas concepções em que se vem considerar a vida econômica, em si mesma, fora de qualquer moral geral e de qualquer civismo; exceto, desde alguns tempos, insignificantes declarações morais, habitualmente colocadas nos prefácios, sem nenhuma influência apreciável sobre as concepções. Mas as considerações que acabamos de indicar são apenas um caso específico de uma teoria geral, nomeadamente a da relação do abstrato com o concreto, ou, em outros termos, da relação da teoria, necessariamente abstrata, com a prática, necessariamente concreta. Vamos sumariamente apreciar esta elevada e difícil teoria, e deduzir aplicações mais precisas ao caso da economia política.

II. Conjectura geral da relação entre o abstrato e o concreto ou a relação entre a teoria e a prática.

A ciência positiva, e por ser científica ou positiva possui simultaneamente, os sete atributos: real, útil, certo, preciso, orgânico, relativo e social, que estuda as leis naturais dos diversos fenômenos distintos; é, por conseguinte necessariamente abstrata, dado que estuda cada fenômeno, considerado naquilo que ele tem de comum em todos os diferentes corpos que o manifestam. Assim, a geometria estuda as leis da extensão apreciada em si própria, independentemente de cada corpo em especial. A mecânica expõe as leis gerais do movimento como elas são aplicáveis a todos os movimentos quaisquer, e não a um determinado corpo em movimento. A física, a química e a biologia apresentam-nos o mesmo caráter.

A Biologia e a Sociologia cada vez mais se enquadram, no mesmo caso, desde que foram definitivamente ciências positivas.

A Sociologia Positiva retoma o mesmo caminho; desde já, e definitivamente, tornou-se ciência positiva, ainda desconhecida da maioria dos homens de escol.

Por conseqüência, mesmo com seu caráter abstrato, a ciência é geral, porque estuda as condições que se encontram em todos os casos específicos quaisquer. Eis a sua imensa vantagem, mas também o seu grave perigo. Porque ao passar diretamente da ciência abstrata à prática; esse é exposto à ilusão, devido à eliminação, necessária ao ponto de vista científico, de certos elementos, que têm, todavia, sobre o resultado efetivo, uma influência decisiva.

Podemos afirmar que a procedência ou causa não tenha uma utilidade prática, e que a sua utilidade seja meramente filosófica?

Não é isso; é necessário explicar aqui com precisão onde reside a fonte fundamental da utilidade prática das ciências abstratas.

As leis abstratas dos diversos fenômenos têm uma imensa utilidade prática como a experiência o constata suficientemente. Porque o potente desenvolvimento que recebeu da indústria ocidental, desde, sobretudo, os últimos três séculos, diz respeito à aplicação que se fez das ciências abstratas (matemática, a astronomia, a física, a química e a biologia). Uma comparação histórica tornará isto extremamente compreensivo.

É suficiente, com efeito, comparar a indústria essencialmente concreta e empírica da China, até o século XIX, com a indústria, de base abstrata, do Ocidente. A população chinesa é também ativa, tão econômica, industrializada quanto as populações ocidentais, e, no entanto estas

chegaram à ordem físico-química e biológica, graças às ciências abstratas correspondentes, a imensos resultados dos quais a China não oferecia nem o esboço. Citaremos, por exemplo, a máquina a vapor, as aplicações da eletricidade, etc., etc. a China encontra a igualdade, ou mesmo às vezes a superioridade, naquela época, nas indústrias, como a horticultura, em que a intervenção da ciência positiva não podia ainda convenientemente ser organizada, naquela época.

O fenômeno é, por conseguinte, incontestável e próprio a atingir a todo observador ajuizado ou judicioso.

Mas é a explicação muito discutida deste grande fato que é preciso elucidar.

A utilidade prática da ciência abstrata, diz respeito a duas condições que são necessárias sumariamente, apreciar.

A primeira condição consiste em permitir o exame dos casos possíveis, fora daqueles que a observação imediata da realidade nos apresenta. Daí uma imensa base de ação modificadora, e a possibilidade de chegar a constituir, numa infinidade de casos, uma ordem artificial infinitamente superior, para nós, à ordem natural e precisamente nos apoiando nas leis naturais dos fenômenos. Pôde-se assim, graças ao conhecimento abstrato das leis da física, no que diz respeito a mecânica, construir uma potência motriz; que as leis dos fenômenos geométricos nos permitiram aplicar a todos os casos.

Assim que a física permitiu, pela intervenção do vapor, de produzir um movimento, de vai e vem; à teoria abstrata da transformação dos movimentos permitiu deduzir com uma precisão matemática qualquer espécie de movimento, quaisquer que eles sejam. Tomemos outro exemplo para tornar mais sensível esta explicação. O homem tinha constatado, no início de qualquer civilização, que certos corpos flutuam espontaneamente, enquanto outros são privados desta propriedade. Este duplo fato era expresso empiricamente, distinguindo-se os corpos leves dos pesados. Mas, quando Arquimedes encontrou o princípio que explica as condições de qualquer flutuação, a distinção empírica desapareceu, e graças ao princípio científico, pôde-se conceber a possibilidade de fazer flutuar os corpos quaisquer, e mesmo ulteriormente, a possibilidade da flutuação aérea.

Mas se a ciência abstrata permite conceber uma infinidade de casos possíveis de modificabilidade, que o empirismo não revelou; ela permite também, por uma propriedade

complementar, limitar nossos ensaios a determinados limites. Porque, graças ao conhecimento das leis científicas dos diversos fenômenos, podemos eliminar diretamente todas as tentativas de ação prática que violariam quaisquer destas leis.

É assim que as aplicações das ciências, por toda a parte, em que podem ser feitas, tornam possível a combinação, que se teria acreditado irrealizável entre a audácia e a prudência; não ousou conceber, por um privilégio não menos apropriado, ela introduz a regularidade no domínio das quimeras.

É assim que, em todas as indústrias onde as ciências abstratas puderam ser aplicadas, os ocidentais mostraram, e mostrarão cada vez mais a combinação entre a mais alta audácia, nos promovendo uma ousadia nos empreendimentos, com uma grande sabedoria para a eliminação das puras quimeras, como ocorre hoje em dia com a Globalização, que é necessária, a menos das aplicações das leis naturais das Ciências Sociologia e Moral positivas, ainda desconhecidas da maioria dos intelectuais.

Na ordem social e moral onde a abstração foi introduzida, no Ocidente - sem caráter suficientemente científico, nós visualizamos uma audácia de projetos e de empreendimentos próprios aos Europeus, do século XIX e XX; bem como dos US e da Rússia, mas sem estar a conduzir a uma conveniente sistematização da prática política. Isto nos conduz a conceber, paralelamente às diversas ciências abstratas, a uma série de tecnologias correspondentes, essencialmente relativas aos fenômenos que estas ciências estudam. Não se deve, no entanto, esquecer que se uma tecnologia tem especialmente por destino essencial a modificação de certa ordem de fenômenos, ela é obrigada a ter em conta, a reação dos outros fenômenos.

Mas, então se apresenta uma imensa questão que o empirismo antigo não tinha podido mesmo prever: a passagem do abstrato ao concreto, ou em termos menos científicos, a passagem da teoria à prática.

Uma tecnologia qualquer só pode receber a constituição moral vinculando-se a uma ciência correspondente; é assim que a tecnologia pode adquirir o grau de racionalidade da qual é susceptível, e é assim ainda que ao chegarmos a todas as ordens de fenômenos, sobretudo

sociais, a esta potência modificadora de ao mesmo tempo audaciosa e sábia, que já atingimos em um grau seqüencial na ordem cosmológica (Matemática, Astronomia, Física e Química).

Certamente, não vamos esboçar aqui esta vasta teoria, mas a concepção por si só do seu conjunto, lançará um grande esclarecimento, sobre a questão que nós examinamos neste momento:

Pode ser a Economia-Política, concebida como uma ciência abstrata, à Arte Política?

Vejamos primeiramente a problemática Política.

A política aqui considerada é a arte de governar o grupo social; de governar o país e de governar a evolução desenvolvimentista da Humanidade, para o bem estar social de todos os humanos.

Consideramos na vida política, três TENDÊNCIAS políticas: a ESQUERDA, o CENTRO e a DIREITA, que diz respeito aos políticos eleitos democraticamente; os demais congressistas serão eleitos societocraticamente.

Consideramos aqui de “tendência de ESQUERDA” a intenção daqueles que desejam mudar as instituições, quer por meios legais, quer pela destruição e pela violência. Chamamos aqui a esquerda radical de REVOLUCIONÁRIOS.

Consideramos “tendência de CENTRO” a formada por aqueles que desejam manter as instituições políticas e proteger a situação existente. Chamaremos os políticos de centro, de CONSERVADORES. Os conservadores normalmente chegam ao poder político. Se outro partido assume o governo, sempre se torna conservador ou mesmo retrógrado, porque não mais desejará mudanças graduais nem radicais.

Consideramos aqui de “tendências de DIREITA, ” aqueles que desejam que a política volte aos regimes do passado; a regimes como a monarquia ou desejam a instalação do totalitarismo sem mudança. Os RETRÓGRADOS se qualificam como os partidários da direita radical que propõem o restabelecimento de tiranias do passado, impedindo mudanças pela violência.

É necessário notar que as três tendências partidárias reúnem políticos que NÃO SE MANTÊM permanentemente, com a mesma orientação. Podem mudar, sem coerência, dependendo dos interesses pessoais ou de momento.

Verifica-se que todo governo que está no poder SE TORNA SEMPRE um governo de centro, ou, se não é CONSERVADOR, torna-se de centro. Mesmo os mais radicais de esquerda, quando assumem o poder, se tornam conservadores, em geral conservadores mais radicais, e, se puderem, tornam-se cruéis ditadores tirânicos, como ilustra bem o caso do sapateiro Joseph STALIN e no caso de muitos outros revolucionários. O totalitarismo conservador dos revolucionários, então de extrema direita totalitária conservadora, mantém-se pela violência e se proclamam, enganosamente, de governos “de revolução libertadora”.

A filosofia da história mostra que o PODER para governar, sempre, no passado, pertenceu aos que possuíam a RIQUEZA da sociedade. Essa forma de governar PODE SER VERIFICADA nos registros históricos, nas grandes civilizações do passado. O PODER e a RIQUEZA sempre estiveram juntos, na história humana. Com o fim do feudalismo e com a secularização que resultou do enfraquecimento da doutrina teológica, o poder passou a ficar separado da riqueza. Essa colocação do poder em mãos outros do que nas da riqueza, dos donos do capital, é contrária à prática política constante na história.

A ética deve ter como referência o bem da sociedade, o bem do povo, do trabalhador. A moral humanista se refere ao humano, aos agentes individuais que formam a sociedade desde o passado, até o presente, chegando ao futuro. Aos humanos cabe a tarefa de conhecer, amar e servir a sociedade – essa é a ética humanista secular leiga, sem preconceitos e sem conflitos religiosos. Toda religião e toda seita devem ser respeitadas e vista como etapas de nossa evolução social, no passado e em nossos dias.

A política moderna não pode ser religiosa, porque não há uma religião que governe todos os humanos, uma religião que seja universal. Em especial no monoteísmo, os deuses são ciumentos, exigindo a condenação e morte de todos os outros deuses. Os adeptos dos deuses modernos estão em guerra permanente. Portanto, a política moderna deverá promover a liberdade religiosa e será sempre uma política secular leiga sem denominação ou tendência religiosa. Os religiosos devem ser convencidos a se dedicar à orientação de âmbito pessoal, particular, sem

poder no governo da Terra e totalmente preocupados com o governo espiritual de seus paraísos celestiais.

Como resultado da evolução das teorias, obtemos na ação política uma orientação segura com base na sociologia, como ciência teórica moderna. A teoria a usar na Arte POLÍTICA será de base científica aplicada e confirmada pela observação da política real e do saber filosófico tomado da crítica inteligente dos milenares eventos anotados nos anais da história da evolução da Humanidade.

A evolução social é o extremo do prolongamento da evolução animal, que ilustra o conhecimento da hierarquia dos seres reais, que ordena os animais em ordem crescente de complexidade.

Para que possamos melhorar as condições da ordem econômica existente, temos que apelar aos conservadores – “**Poder Secreto**”, em nos deixar unir os políticos de centro, com os da direita retrógrada (Monarquia), isto é, com os republicanos e com os da esquerda não niveladora; os socialistas não comunistas. Pois nivelar, ou seja, igualdade, somente de oportunidade; e republicano aqui representam aqueles que defendem uma conduta de rés publica.

A filosofia humanista sugerida neste trabalho, tem como base a doutrina positivista, cujo objetivo é o de orientar o partido conservador – de centro, para que faça aliança com os retrógrados da direita ou reacionários, e com os revolucionários da esquerda para promoverem a prosperidade por meio do progresso industrial e pacífico.

Os conservadores poderão participar ativamente do movimento político proposto, mesmo que rejeitando a filiação completa ao humanismo leigo, por terem outra orientação ideológica política ou religiosa.

Para melhor entendimento das três fases de evolução a serem gradativamente sugeridas, achei por bem anexar fora deste Anexo II, de forma didática, as informações que Augusto Comte nos deixou, adaptando-as como Plano Estratégico para Mudança de Acordos Políticos, visando à melhoria da Convivência Social Doméstica nos US, no ANEXO III.

Voltando à Economia Política, vejamos:

III) **Aplicação da teoria geral da relação entre fatos abstratos e concretos, ao caso do estudo da Ordem Econômica.**

A Economia Política pode ser considerada uma ciência abstrata, mas uma ciência abstrata incompleta isto é, uma ciência não científica, e conseqüentemente insuficiente, devido ao caráter absoluto que ainda conserva, e que lhe dá uma conotação metafísica, apesar de suas lindas análises específicas. Por outro lado, a educação de hábito literário, isto é, sonhadora, dos que há cultivaram nos séculos XIX e XX, agravou consideravelmente os inconvenientes da sua primitiva constituição irracional. Mesmo durante a sua materialização nos cursos de economia ela conseguiu melhorar.

Também atualmente a economia política vem evoluindo cada vez mais de forma absoluta, quando seria necessário que ficasse mais relativa.

Vamos aplicar de uma maneira mais especial estas considerações a algumas das concepções mais fundamentais da Economia Política.

Os economistas justificam qualquer nova mudança e afastam as queixas frequentemente tão legítimas dos que dela sofrem, pretendendo que ao cabo de certo tempo, estabeleça-se um equilíbrio econômico mais favorável, que o precedente, de ordem social, e mesmo finalmente mais vantajosas para à classe originalmente lesada. Todos conhecem os lugares comuns literários sobre o número de trabalhadores de corte de cana e comparado aos que operam as máquinas agrícolas de corte. Mas admitindo que isto seja teoricamente verdadeiro, como de fato muito constantemente o foi, não é menos verdadeiro que na prática, o tempo é um elemento capital, do qual não é de modo algum autorizado a fazer abstração. Remediar às desgraças que acarreta, sobretudo hoje em dia, toda grande modificação econômica, pela perspectiva da felicidade ulterior, dos nossos sucessores, constitui uma solução ridícula, que compromete a ciência de onde ela emana, a Sociologia Positiva.

Uma apreciação análoga é aplicável ao **famoso princípio da oferta e da procura**, que é basicamente apenas uma transformação especial do princípio do equilíbrio econômico espontâneo. Porque este princípio basicamente diz que se estabelece necessariamente um equilíbrio, ao passar um determinado tempo, entre as diversas funções econômicas, dado que qualquer função econômica conduz finalmente a uma mudança. Ora, dizer que não há nada a fazer senão deixar

atuar este princípio, sem nunca intervir, é declarar que nunca devemos aperfeiçoar a ordem natural; o que constitui mais uma completa confissão de insuficiência, que uma ciência possa fazer. Este princípio reveste mesmo um caráter finalmente odioso, quando se pretende servir-se dele exclusivamente para regular as relações entre os empresários e os trabalhadores. Porque se chega então a reduzir os homens à simples materiais, e a justificar o industrialismo mais abominável ou execrável.

Um terceiro princípio da economia política, que é tão apenas uma outra forma teórica do equilíbrio econômico espontâneo, é a famosa teoria do livre comércio, da qual devemos dizer algumas palavras devido ao abuso singular que dele se faz.

Este livre comércio consiste, basicamente, em estender às diversas populações o princípio da divisão do trabalho. Ele admite, desta maneira, que cada população será consagrada a produzir o que convém melhor a ela; todos verificam a sua situação e, a seguir, estabelecer-se-á espontaneamente o melhor equilíbrio econômico possível entre as diversas populações entregues às funções distintas. Deste modo a Humanidade é concebida no seu conjunto, como formando um todo, que exerce sobre o planeta uma ação sistemática para a melhor satisfação das nossas necessidades.

Esta concepção é extremamente notável sob o ponto de vista abstrato, e constitui uma larga visão, embora imperfeita, do limite para o qual devemos tender. Mas, caso se deseje proceder imediatamente, de acordo com esta via absoluta e imperfeita, à realização prática, as conseqüências as mais desastrosas poderão surgir imediatamente, à insuficiência profunda da

Economia Política.

1º - Faz-se assim abstração das diversidades nacionais atuais, de modo que a aplicação deste princípio, pretendido humanitário, torna-se terrível. Aí está, por exemplo, o caso da Índia (o sistema de castas da Índia é uma divisão social importante não apenas na Índia, mas no Nepal e noutros países e populações de religião hindu.) onde cada um é unido à sua profissão por princípios religiosos absolutos.

Vejam se colocarmos estes infelizes, que possuem suas convicções ligadas aos seus ofícios, em concorrência imediata, com as potentes máquinas ocidentais, o que acontecerá?

O caso da Índia apresenta uma das situações onde o famoso princípio do livre comércio é mais um defeito, e é talvez aqui que a prostituição da palavra progresso, para justificar a exploração de indignos bandidos comerciais foi a mais odiosa. Poderia, em um menor grau, aplicar estas considerações ao caso da China e do Japão, e mesmo ao Ocidente, no século XIX, apesar de pomposas declamações literárias que se repetem sem cessar sobre tal assunto. Vê-se, por conseguinte, que negligenciando pela brutal aplicação do livre comércio, as desigualdades das diversas sociedades do planeta, chega a produzir uma tremenda desordem; somente aqueles que se consolam de todo, devido a necessidade das cifras, das atividades econômicas e financeiras, só aquelas que podem assim se conformar com os sofrimentos impostos as massas humanas, por estas perigosas especulações abstratas.

2º -- O desenvolvimento do livre comércio, sobretudo imposto pelo Ocidente ao Oriente às Américas, conduziu estas fortunas, ao mesmo tempo numerosas e poderosas, que adquiridas fora de qualquer consideração de moralidade, tornam a riqueza odiosa e desprezível, como hoje em dia com esta globalização necessária, mas erradamente fomentada pelos dissabores dos grupos financeiros internacionais. Vide nos séculos XX e XXI os acontecimentos semelhantes, os grande exportadores de “commodities” que concentram os lucros em suas subsidiárias no exterior, exportam com preço abaixo do custo, provocando prejuízos no país exportador, sem recolher impostos; criando as subsidiárias do exterior as margens de lucro fabulosas, retendo o ganho, em operações financeiras sem investir no social do país exportador, por meio dos impostos que deveriam estar disponíveis no Estado para fazer frente às necessidades sociais e de infra-estrutura.

3º -- Por último, esta consideração exclusiva de um equilíbrio econômico universal, sem a consideração de uma preliminar renovação doutrinária universal, suprime o civismo, base

eterna de toda existência social, e da moralidade, com o coroamento final do estado normal no futuro, longínquo.

Assim, estas diversas concepções fundamentais da Economia Política, podem indicar a fonte das ilusões, pertinente à constituição incompleta e metafísica desta pretendida ciência.

Além disso, no século XVIII, emergiram então estas concepções tão novas e tão úteis, e que desempenharam um papel tão eficaz, doravante esgotado; uma viva discussão assinalou alguns dos principais inconvenientes destas doutrinas econômicas.

Esta discussão, demasiadamente esquecida e excessivamente mal julgada, pode agora ser convenientemente apreciada, do elevado ponto de vista em que estamos.

O adversário eminente das doutrinas econômicas foi o famoso economista italiano Ferdinando Galiani (1728 -1787); digo adversário eminente, porque assinalando ao mesmo tempo os lados fracos e insuficientes destas concepções, ele adotava delas basicamente, a parte mais aplicável. As diversas objeções de Galiani foram apresentadas nos Diálogos sobre o Comércio de Trigos (1 - Londres, 1770), que são verdadeiras obras-primas, de inteligência, de arte, de adversidade e sucessivamente de uma admirável sagacidade.

Citemos a seguinte passagem:

“O cavaleiro. – Ademais, convirei que a maior parte dos antigos regulamentos, quando foram feitos pela primeira vez, estavam cheios de sabedoria e razão, porque então foram feitos de acordo com o tempo e as circunstâncias.

O Marquês. - Oh! Quanto prazer em ouvi-lo falar assim! Em verdade, todos os autores modernos tratam nossos antepassados muito duramente. Ao creditar neles, dir-se-ia que andavam à quatro patas. Repete-se a cada linha que não conheciam nem verdadeiros interesses da nação, nem a balança do comércio, nem os princípios de boa administração, que eles respeitavam nem a probidade, nem a liberdade! Numa palavra, uns o representa aos nossos olhos, como um bando de cegos tiranos, que golpeavam uma barra de ferro sobre uma manada de escravos estúpidos. Os mais suaves e reservados destes escritores, satisfaz em dizer que nossos bons antepassados eram ligeiramente idiotas.

Estas proposições ou afirmações me têm causado desgosto ou pena, por muitas razões e sobre tudo porque a mim me parece incontestável que nós descendemos de nossos ancestrais.

Cada vez mais os mortos necessariamente comandam os vivos. (Augusto Comte)

Assim o Abade Galiani compreende admiravelmente bem que era absurdo julgar do ponto a vista de uma ordem econômica abstrata, aquilo que deve ser apreciado tendo sobre tudo em conta, a situação política.

Revela o Abade, assim, a irracionalidade do caráter absoluto da Economia Política.

Como geralmente as críticas judiciosas e frequentemente profundas de Galiani não pararam de modo algum a evolução socialmente oportuna da Economia Política, cujas principais análises científicas tinham um incontestável valor abstrato. Mas, basicamente, ninguém contestou realmente Galiani, exceto Turgot (1), cuja profunda apreciação assinala ao mesmo tempo o caráter necessariamente abstrato de qualquer verdadeira concepção científica (que Galiani havia por demais ignorado), e ao mesmo tempo inoportunamente social, destas críticas, contra uma apreciação exagerada; sem dúvida, mas indispensável na situação correspondente do Ocidente, do século XVIII. Além da admirável força abstrata de Anne Robert Jacques **Turgot** (1727 —1781) sente-se aqui a incomparável superioridade moral deste grande homem.

Finalmente, deve-se observar que, como ministro, e como administrador, o grande Turgot sabia perceber a tendência demasiadamente absoluta dos princípios econômicos e todos os ajustes necessários a serem feitos para manter o equilíbrio econômico.

Por último, devemos terminar esta digressão histórica com algumas palavras de Emmanuel Joseph **Sieyès** (1748 – 1836), em que sentiu perfeitamente a verdadeira relação da teoria com a prática:

“Enquanto o filósofo não exceder aos limites da verdade – isto é, da realidade, da relatividade, da utilidade, da certeza, sempre organizacional e social, não o acusem de ir demasiado nas suas previsões. A sua função é a de determinar o objetivo; é necessário, por conseguinte que haja um destino a ser determinado. Se, permanecer caminhado com seus pensamentos, ele ousava elevar somente suas próprias idéias a sugestão ou a conclusão poderá ser enganosa. Pelo contrário, no que se refere ao dever do

administrador, é combinar e graduar sua marcha, de acordo com a natureza das dificuldades. Se o filósofo não está ajustado ao objetivo, não sabe onde está pisando; se o administrador não vê o objetivo, não sabe aonde vai. ” (Sieyès: O que é o Terceiro-Estado?) (Carta ao Abbade Morellet Limonges, 17 de janeiro de 1770).

Finalmente podemos assim deixar registrado, que ninguém pode aceitar de abstrair que existem Estados Políticos - Nações, separados uns dos outros, e constituídos diversamente. Por isso não se tratara bem nenhuma questão de Economia Política, se não considerarmos esta situação. Mas a globalização terá que posteriormente ser levada em importância, minimizando as barreiras das Nações; mas não eliminando quando pusermos em prática os devidos ajustes de cada Nação, no que diz respeito às tarifas alfandegárias, para manter o patriotismo reinante na população daquele território.